
DIVERSIDADE CULTURA E SAÚDE MENTAL: A PREMIAÇÃO BRASILEIRA “SÉRGIO MAMBERTI”

Juliana Araújo Silva, Patrícia Silva Dorneles
y Claudia Reinoso Araujo de Carvalho

DOI: <https://doi.org/10.64890/2.3>



Diversidade Cultural e Saúde Mental: a premiação brasileira “Sérgio Mamberti”

Juliana Araújo Silva, Patrícia Silva Dorneles
y Claudia Reinoso Araujo de Carvalho

Introdução

Considerando os princípios da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 2005, o Ministério da Cultura do Brasil, na época, construiu uma política de diversidade cultural. Construindo-se assim a Secretaria de Diversidade Cultural. Uma das primeiras ações entre o campo cultural e o da saúde mental, foi a realização da Oficina “Loucos pela Diversidade: da Diversidade da Loucura à Identidade da Cultura” e o I Prêmio Cultural Loucos pela Diversidade em 2009. A SID objetivava, entre outras coisas: “Formular e implementar políticas públicas ativas na cultura, no sentido da promoção da cultura tanto do ponto de vista de seus aspectos econômicos, de inclusão social e cidadania, bem como da importância da cultura como produção simbólica (Dorneles, Amarante e Torres, 2020, p. 37).

A oficina foi um importante passo para o que se pretendia na época “construir políticas públicas culturais para segmentos esquecidos ou incompreendidos por nossa sociedade, criadas a partir de discussões, de debates, de trocas de idéias” (Amarante e Lima, 2008). Foram realizados três grupos de trabalho: Patrimônio, difusão e fomento. Dos encontros elaboram-se diretrizes relacionadas com cada tema. Algumas das diretrizes foram: empoderar usuários, trabalhadores e comunidades a reconhecer a sua diversidade cultural, criar instrumentos para que a produção

cultural possa acontecer e ser reconhecida num campo sócio-político-cultural (incluindo o fomento por editais), construir princípios de uma ética e cidadania para a criação contemplando a questão da propriedade intelectual, democratizar o direito à informação e à comunicação, visibilizar as iniciativas e projetos culturais desenvolvidos no campo da saúde mental, garantir a ocupação dos espaços públicos com projetos de saúde mental, implementar políticas públicas na interface saúde e cultura, incluir os diversos segmentos sociais no debate em questão, promover o mapeamento, a documentação, e a difusão nas iniciativas de cultura e saúde (Amarante e Lima, 2008).

Em 2009, em continuidade a oficina criou-se um Prêmio Cultural “Loucos pela Diversidade- Edição Austregésilo Carrano” que identificou mais de 400 experiências em âmbito nacional. Austregésilo Carrano foi um importante personagem na luta antimanicomial brasileira, pois escreveu sua experiência de internação quando jovem, no livro “O canto dos malditos”. O livro foi adaptado para o cinema no filme “O Bicho de sete cabeças” dirigido por Lais Bodanzky. Na avaliação das propostas recebidas na época constatou-se que as abordagens com arte, cultura e inclusão para o trabalho eram estratégias predominantes de inclusão social na saúde mental.

A partir dessa constatação pode-se dizer que o campo artístico-cultural da reforma psiquiátrica, com seus inúmeros projetos, grupos, artistas e produções, têm grande importância não somente como inovação nas políticas públicas de saúde, mas como componente fundamental para a transformação da relação social com a loucura e a diferença, e também para o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais e políticas da diversidade, na inclusão das pessoas em sofrimento mental e vulnerabilidade psicossocial (Dorneles, et al., 2020, p. 40).

No entanto, nos anos seguintes não houve um edital federal de premiação específico para a saúde mental e cultura. Tivemos editais de fomentos a

práticas culturais que abordaram de diferentes formas tópicos relacionados a saúde mental, um exemplo foram os editais lançados em 2014 pelo Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Justiça através da Secretária-geral da Presidência da República que buscavam prover recursos para ações de promoção à saúde, contra o abuso de álcool e drogas e combate à violência contra jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, os editais VIVAJOVEM. De certa forma, fez-se uma ruptura neste processo tão importante para a efetivação das políticas e sustentação das ações realizadas na intersectorialidade entre cultura e saúde mental de um modo mais geral, nas mais variadas regiões do Brasil.

No entanto, a Política Nacional de Cultura Viva é a principal política pública de Cultura brasileira e é gerida de forma compartilhada pela Secretaria de Diversidade Cultural do Ministério da Cultura em parcerias intergovernamentais. No ano de 2023, com o intuito de fortalecimento dessa política, foi lançado o “Edital de Prêmios Cultura Viva - Sérgio Mamberti”. Uma das categorias do edital foi intitulada “Diversidade Cultural” e organizada em 4 subdivisões: Premiação para a Pessoa Idosa, Premiação de Saúde Mental, Premiação de Pessoas com Deficiência e Premiação LGBTQIA+. O prêmio “Diversidade Cultural: Saúde Mental” foi então a segunda iniciativa de premiação federal em prol da intersectorialidade cultura e saúde mental, marcando o retorno da pauta. Ela buscou premiar iniciativas culturais de relevância no cenário cultural brasileiro. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de uma cooperação técnica com o Ministério da Cultura, vem realizando a análise dos dados advindos dessa premiação, através da pesquisa intitulada “Mapa da Diversidade Cultural - Sérgio Mamberti”. Assim, o objetivo deste artigo é compartilhar parte dessa análise. Especificamente, nesta proposta enfocamos o prêmio “Diversidade: Saúde Mental”.

Metodologia

A metodologia do prêmio foi organizar categorias para as suas subdivisões. O Prêmio Diversidade Cultural: Saúde Mental foi segmentado em agentes de cultura viva, grupos/coletivos culturais e instituições privadas sem fins lucrativos, de natureza ou finalidade cultural, relacionados às pessoas com sofrimento psicossocial. Para que pudessem se candidatar era necessário: 1. Histórico de atividades realizadas e registradas com finalidade cultural, envolvimento da comunidade como público atendido, produtos culturais gerados para valorização e proteção da cultura local e regional; 2. Reconhecimento e atuação em rede com outros parceiros, promovendo a transmissão, o fazer cultural e o intercâmbio de saberes, experiências de formação, criação e/ou fruição artístico-cultural. No caso deste prêmio estes pressupostos deveriam se enquadrar na discussão do campo da saúde mental.

A metodologia da pesquisa é realizar a análise das candidaturas on-line através do acesso à plataforma Mapa da Cultura e das candidaturas. Analisa-se quali- quantitativamente os pontos pontuados pelo ministério da cultura em relação a dados sociodemográficos dos candidatos, bem como a caracterização das ações culturais, e questões próprias à pesquisa como a questão da transversalidade, a relação com as políticas específicas de cada prêmio, pontos fortes trazidos pelas candidaturas e as necessidades de investimento para cada categoria.

Resultados e discussão. O Prêmio

O prêmio Diversidade Cultural: Saúde Mental que foi destinado a agentes Cultura Viva, grupos/coletivos culturais e instituições privadas sem fins lucrativos, de natureza ou finalidade cultural, relacionados às pessoas com sofrimento psicossocial. Segundo o edital, a avaliação das candidaturas deveria considerar os seguintes aspectos (Ministério da Cultura, 2023, pp. 14-15): 1. Histórico de atividades realizadas e registradas com finalidade cultural,

envolvimento da comunidade como público atendido, produtos culturais gerados para valorização e proteção da cultura local e regional; 2. Reconhecimento e atuação em rede com outros parceiros, promovendo a transmissão, o fazer cultural e o intercâmbio de saberes, experiências de formação, criação e/ou fruição artístico-cultural.

A proposta do edital específica para a saúde mental tinha como objetivo reconhecer a produção artístico-cultural no campo da saúde mental, valorizando experiências e fortalecendo a inclusão social e a compreensão sobre a importância do bem-estar psicológico e emocional; reduzir o estigma sobre as pessoas com sofrimento ou transtorno mental; e desenvolver políticas públicas mais efetivas no campo da inserção psicossocial (Ministério da Cultura, 2023, p. 1). Além disso, alertava a necessidade de ciência sobre a Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Este ponto é importante pois, saúde mental pode ser compreendida de uma maneira muito genérica e perder-se num tempo em que o sofrimento psicossocial cresce vertiginosamente e as “receitas” de alívio e “saúde mental” proliferam das mais diversas formas, muitas vezes dentro de chaves místicas ou das leituras de autoajuda, entre outras sugestões sem conexão com a discussão realizada na política pública. Quando o prêmio cita a tal lei, conhecida popularmente como a lei da reforma psiquiátrica, marca uma posição na compreensão sobre o termo e seu atrelamento à discussão da política pública.

Foram submetidas candidaturas recebidas pelo Ministério de forma online, via inscrição na plataforma Mapa da Cultura, ou via postal, a plataforma Mapa da Cultura representa um espaço de integração e visibilidade destinado a projetos, artistas, espaços e eventos culturais, bem como seus respectivos produtores. Essa plataforma configura-se como a principal fonte de informações e indicadores do Ministério da Cultura, constituindo, assim,

o elemento central do Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais- SNIIC. Para esta categoria foram recebidas 81 candidaturas, sendo 80 on-line e uma postal. Para a análise do prêmio a equipe de pesquisa teve acesso às candidaturas on-line.

Características das candidaturas

O número de candidaturas de cada região do país foi: região nordeste 24 propostas; região sudeste 32 propostas, região sul 8 propostas, região centro-oeste 8 propostas e região norte 9 propostas. É interessante notar a presença de candidaturas de pessoas com deficiência (PCD) no prêmio: 4 pessoas candidatas a categoria Agente de Saúde Mental, 2 a categoria grupos em Saúde Mental e 2 representando instituições do prêmio saúde mental. As classificações autorreferidas destas pessoas foram: 1 deficiência física, 2 neurodiversidades, 1 múltipla deficiência, e 4 deficiências intelectuais. Ainda, neste prêmio houveram poucas inscrições de pessoas negras autodeclaradas, sendo a maioria da região sudeste do Brasil, seguida na região norte, nordeste com números baixos (abaixo de 4 autodeclarações), e por fim as regiões sul e centro-oeste com média de uma pessoa autodeclarada por região.

Quanto às características das propostas de cada região, pudemos observar que as propostas advindas da região nordeste foram predominantemente de pessoas físicas. Estas foram 16 das 24 propostas. Foram 6 candidaturas de grupos e coletivos, as instituições privadas sem fins lucrativos com CNPJ enviaram 2 propostas. As proponentes mulheres foram minoria nesta região, assim como os proponentes autodeclarados negros e de matrizes africanas, 2 proponentes autodeclarados como população indígena ou de comunidades tradicionais. A região sudeste apresentou candidaturas divididas, foram 17 pessoas físicas, 10 grupos e coletivos e 5 instituições sem fins lucrativos.

O número de candidatas mulheres, foi um pouco menos da metade, 11, o número de pessoas com deficiência foi baixíssimo, e houve somente

4 candidaturas de pessoas indígenas e povos tradicionais. Na região sul as candidaturas foram quase todas de pessoas físicas, uma inscrição de coletivo/grupo e uma de instituição provavelmente sem fim lucrativo. Somente 2 propostas foram enviadas por mulheres, pessoas com deficiência e indígenas não apresentaram representantes.

A região centro-oeste apresentou quase a totalidade de candidaturas de pessoas físicas, 7. Somente uma candidatura de grupo/coletivo. Destas, somente 1 foi proposta por pessoa com deficiência, 3 foram propostas por mulheres (quase a metade), nenhuma por pessoa autodeclarada indígena. A região norte apresentou somente candidaturas de pessoas físicas- agente cultura viva. 4 propostas foram feitas por mulheres (quase metade), uma candidatura de pessoa indígena e/ou comunidades tradicionais e nenhuma de pessoa com deficiência.

No geral, somente uma pessoa neste prêmio se autodeclarou transgênero ou travesti, e a minoria de declarou sendo da população LGBTQIA+. Mais da metade das candidaturas do prêmio vieram de áreas metropolitanas, cerca de metade das candidaturas são de candidatos acima de 40 anos de idade. As propostas culturais dos candidatos, na maioria, atingiam até 50 pessoas ou de 50 a 100 pessoas.

Fazeres artísticos

Em relação aos fazeres culturais apresentados, percebemos uma pluralidade de ações. Práticas teatrais, palhaçaria individual e em grupo, oficinas de música regional, formação de coral, coral-cênico, grupos de cancioneros, propostas de intervenção urbana pautando a saúde mental, grupos de carnaval, trabalhos artísticos individuais pautando a subjetividade e saúde mental, trabalhos manuais como bordado, propostas de geração de renda, capoeira como instrumento de promoção de saúde mental, proposições de encontros entre mulheres em viés antirracista, trabalhos com escrita individuais e coletivas, cines-debate, espaços coletivos para fruição artística e debates de

saúde mental, entre outras. Muitas propostas trouxeram potenciais inovadores muito interessantes como: projetos de literatura itinerante em periferias para públicos variáveis com temas relacionados a marcadores sociais da diferença, trabalhos desenvolvidos em ambiente escolar, trabalho com a valorização da cultura do sertão, relações com populações minoritárias com a rede de atenção psicossocial.

Quase metade das candidaturas apresentou mais de 10 anos de execução da proposta. Procurou-se compreender, até o momento, a relação de transversalidade da cultura. Embora a transversalidade da cultura sempre tenha sido presente no campo cultural e até fomentada através de algumas iniciativas desenvolvidas por políticas culturais, observa-se a emergência do tema nos últimos anos, o que tem provocado a necessidade de reflexão e aprofundamento em busca de sistematizações, dados e indicadores. Partimos de um pressuposto que os trabalhos que se encaixam no edital voltado à saúde mental realizam minimamente a transversalidade entre a cultura e o campo da saúde e muitas vezes, entre a cultura e o fortalecimento da diversidade humana. Isto porque compreende-se que ao pautar a questão dos processos subjetivos e das vulnerabilidades psicossociais de algumas populações nos fazeres culturais e artístico é possível perceber processos de fortalecimento das mesmas, junto a deslocamentos sensíveis e das trocas sociais dos participantes destes fazeres que podem encontrar lugares de pertencimento, linguagens expressivas e construir comunidades em torno de interesses culturais. Assim, garante-se também a expansão do acesso aos direitos humanos, que tem a cultura como um dos seus âmbitos

Quanto mais podemos incentivar e contribuir com a visibilidade de propostas que desafiam os estigmas de saúde mental, num mundo dominado pela performance produtivista e financeira, bem como colocar em discussão coletivamente pontos sensíveis, frágeis e potentes do viver, e as múltiplas maneiras de nos relacionarmos com esses pontos contribuimos para o

cultivo do entendimento e do desejo pela diversidade. Criando uma ecologia de vida e de relações, onde seja possível valorizar e reconhecer a contribuição de pessoas as mais diferentes, em suas formas de sentir, comunicar, conhecer, compreender e expressar, etc. No entanto, para além dessa transversalidade inerente a este campo híbrido, conseguimos identificar outras transversalidades possíveis nas propostas selecionadas.

Na região norte pontuamos a transversalidade entre cultura e direito, bem como cultura e mulheres. Na região nordeste os projetos apresentaram relação com o campo da educação, do fortalecimento dos direitos humanos, além da relação da cultura com o direto combate ao racismo. Na região centro-oeste foi identificado relações da cultura com o direito e a justiça social, identificou-se também a relação entre cultura e educação. Na região sudeste também identificamos a relação entre cultura e o combate ao racismo, cultura e educação, e cultura e mulheres. Na região sul não foram identificadas outras transversalidades para além das mencionadas no início.

Desafios do prêmio

O prêmio de saúde mental apresentou muitos desafios. Um primeiro desafio está relacionado ao número baixo de propostas. No primeiro prêmio em 2009 o edital recebeu pelo menos 400 candidaturas, tendo este edital de 2023 recebido menos de um quarto do anterior. Além disso, pouquíssimas propostas foram selecionadas. Em relação ao primeiro desafio algumas hipóteses são possíveis de serem levantadas como a demora de um edital de premiação, podendo ter um efeito desarticulador das práticas culturais territoriais e comunitárias.

Foram quatorze anos de espera e movimentos difíceis vividos no campo da cultura como no campo da saúde mental. Ambos campos foram muito desinvestidos nas últimas gestões federais, tendo como ápice o fechamento do Ministério da Cultura na gestão do último presidente da República.

Nesse sentido há uma fragilidade nos dois campos que vem sendo cuidada nos últimos três anos com o retorno do ministério e também do incentivo às políticas territoriais de saúde mental.

A produção cultural e artística foi muito atacada nos últimos anos no território brasileiro, se somarmos com os efeitos da pandemia o setor cultural sofreu um grande baque. Muitos equipamentos culturais fecharam, profissionais foram demitidos, grupos foram desmobilizados pelo advento do distanciamento social necessário para evitar mortes por Covid. Assim, há uma retomada que numa premiação futura possa apresentar outros números de candidaturas e propostas.

O segundo desafio do prêmio tem relação com o número muito baixo de propostas selecionadas. Isto deu-se pelo fato da maioria das candidaturas não fazerem relação com a temática da saúde mental conforme discutida na política. Algumas candidaturas foram desclassificadas por não cumprirem requisitos do edital, não apresentarem a comprovação necessária, ou o tempo de proposição, ou por estarem buscando fomento para iniciar uma ação. Mas, para além disso, as propostas não pautavam diretamente a saúde mental, nem na população participantes das proposições, nem nas temáticas. Muitas não citavam a terminologia saúde mental, muito menos a rede existente de cuidados ou serviços. Cerca de 29% das candidaturas fizeram alguma menção às políticas públicas relacionadas à Lei 10.216 referida no edital.

E aproximadamente 29% das candidaturas fazem alguma menção ao combate ao estigma social e preconceito relacionados às pessoas em sofrimento psíquico. Tais questões estavam apresentadas no edital enquanto objetivos, por exemplo, reconhecer a produção artístico-cultural no campo da saúde mental, valorizando experiências e fortalecendo a inclusão social e a compreensão sobre a importância do bem-estar psicológico e emocional; reduzir o estigma sobre as pessoas com sofrimento ou transtorno mental; e

desenvolver políticas públicas mais efetivas no campo da inserção psicossocial (Ministério da Cultura, 2023, p. 1).

Conclusão

Tratando-se de categorias que fazem interface entre os campos da cultura e da saúde, a análise deste edital pode colaborar com o fortalecimento das articulações intersetoriais nos territórios de práticas culturais, bem como fomentos e premiações das áreas. Embora a saúde mental tenha uma forte ligação histórica com as artes e a cultural, o edital Sérgio Mamberti traz alertas interessantes. As práticas territoriais e comunitárias foram mesmo desmobilizadas? Os discursos estigmatizantes sobre a arte e a cultura, vigentes nos últimos anos, se capitalizaram nas práticas de cuidado? Será que os cuidadores do campo da saúde mental estão tão sobrecarregados que não estão conseguindo fazer articulações com projetos culturais? Estas questões indicam a necessidade de construirmos mapeamentos que nos ajude a dimensionar o impacto dos acontecimentos dos últimos anos para este campo de interface, ou intersetorial. Além disso, mostra como o prêmio foi acessado por muitas candidaturas como uma via de fomento, numa relação mais desapropriada de sua finalidade. O que nos indica a importância de trabalhar nas pontas das práticas com fomento, formação e visibilidade para as ações que relacionam cultura e saúde mental. Colocando esta questão para as gestões culturais que necessitam reconhecer o momento atual e também facilitar a fruição de práticas transversais como práticas que podem agenciar diferentes questões e mobilizar transformações sociais efetivas.

Referências

Amarante, P. e Lima, R. (2008). Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura. Relatório final / Rio de Janeiro, RJ.

Dorneles, P. S., Amarante, P. e Torres, E. (2020). Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o projeto “Loucos pela Diversidade” e as políticas culturais na interface com a saúde mental. Boletim Observatório da Diversidade Cultural.

Ministério da Cultura (2023). Edital N° 8/2023. Edital de Premiação de Premiação Cultura Viva Sérgio Mamberti. [Documento online]. MinC.